



Analista Jurídico



UNITINS TOCANTINS



PROVAS	QUESTÕES	TURNO
Conhecimentos Básicos	01 a 10	26/11/2023 DOMINGO às 15h15min
Conhecimentos Gerais	11 a 30	
Conhecimentos Específicos	31 a 50	

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES A SEGUIR.

- Neste caderno, constam 50 questões: 10 questões de Conhecimentos Básicos, 20 questões de Conhecimentos Gerais e 20 questões de Conhecimentos Específicos.
- Caso este caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala que o substitua imediatamente, após o sinal sonoro de início da prova.
- Não é permitido uso de livros, dicionários, apontamentos, apostilas, réguas, calculadoras ou qualquer outro material.
- Durante as provas, você não deve levantar-se sem permissão, nem se comunicar com outros candidatos.
- A duração da prova é de quatro horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento do cartão de respostas oficial.
- Você receberá um CARTÃO DE RESPOSTAS OFICIAL, que é de preenchimento obrigatório. Esse documento será utilizado para a correção das provas objetivas. NÃO AMASSE NEM RASURE O CARTÃO. Preencha-o com caneta esferográfica de tinta azul ou preta.
- A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas instruções e nos cartões de respostas poderá implicar anulação de sua prova.
- Você deve permanecer na sala, no mínimo, por duas horas, antes de entregar a prova.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala e lhe entregue o caderno de provas e o cartão de respostas oficial.
- Você somente poderá levar o caderno de provas, a partir dos últimos 60 minutos do tempo destinado à sua realização.
- Todas as normas do edital que regem este processo seletivo devem ser cumpridas rigorosamente.

Nome do candidato		Nº da identidade	
Número da sala	Assinatura		

Conhecimentos Básicos

Texto para as questões 1 a 5.

Mudanças climáticas

Por Vanessa Sardinha dos Santos

As mudanças climáticas são, sem dúvidas, um dos maiores desafios da sociedade atual. Apesar de sempre usarmos o urso-polar como símbolo dessas mudanças, as alterações no clima estão longe de atingir apenas esses animais. Os impactos das mudanças climáticas são significativos e afetam desde a nossa saúde até a produção de alimentos.

Mudanças climáticas são alterações provocadas nos padrões climáticos a longo prazo com base nas alternâncias meteorológicas, **ou seja**, nas condições do tempo observadas por um período. Elas podem ser causadas por processos naturais e também pela ação do homem. As mudanças climáticas não aconteceram de uma hora para outra. A nossa história evolutiva está intrinsecamente ligada às alterações provocadas no clima, as quais são observadas desde a formação do planeta Terra.

O consumo exagerado e a produção elevada, além de aumentar a exploração dos recursos naturais, provocaram também o aumento da poluição atmosférica, por causa da emissão de gases poluentes pelas indústrias e pelos automóveis. A produção também acelerou o desmatamento, o que também provocou alterações no clima.

As mudanças climáticas geram uma série de consequências ambientais graves, muitas até já podem ser observadas atualmente. Uma das consequências do aumento da temperatura do planeta é o aumento do nível do mar, que ocorre em virtude do degelo das geleiras. Isso pode resultar inundações e submersão de áreas costeiras, causando diversos prejuízos às pessoas que vivem nessas áreas.

As altas temperaturas também poderão causar grandes secas, que afetarão ativamente a agricultura, ocasionando diversos problemas em relação à produção de alimentos. Com a diminuição da produção de alimentos e o consequente aumento dos preços, muitas pessoas sofrerão com a questão da segurança

alimentar, **ou seja**, com o acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e permanente.

Além de afetar a agricultura, a seca está relacionada com o aumento de focos de incêndio e com a escassez de água. Esse último problema poderá levar parte da população a sofrer com baixa disponibilidade de água potável e poderá gerar competição por esse recurso.

Enquanto algumas áreas enfrentarão seca extrema, em algumas regiões poderá ocorrer aumento exagerado das chuvas. Isso poderá causar problemas como inundações e deslizamento de terras em áreas com grande quantidade de pessoas.

Diversos animais e plantas, tanto espécies terrestres como aquáticas, serão diretamente afetados pelas mudanças climáticas, que causarão mudanças em seu habitat. Isso gerará a extinção de uma grande quantidade de espécies, diminuindo-se, assim, a biodiversidade.

Outro ponto importante diz respeito à saúde da população. Além da poluição atmosférica agravar-se em diversas partes do mundo, ocasionando doenças cardiovasculares e respiratórias, algumas doenças, como dengue e malária, que são transmitidas por mosquitos, poderão espalhar-se por mais lugares do globo.

Apesar das inúmeras evidências acerca das mudanças climáticas, não há um consenso quanto a essas alterações. Alguns estudiosos e também governantes de alguns países acreditam que as mudanças provocadas no clima são resultados de processos naturais e que a Terra se encontra, na verdade, rumo a uma nova glaciação. Para os céticos do aquecimento global, os estudos feitos a respeito das mudanças climáticas são alarmistas, gerando uma preocupação desnecessária.

Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/>. Acesso em: 24 set. 2023. (Com supressões.)

QUESTAO 1

O texto “Mudanças climáticas” traz um problema com que temos vivido ao longo dos anos e que só tem se agravado. No segundo parágrafo, a autora afirma que as causas das mudanças climáticas podem ser tanto naturais

quanto antrópicas (causadas pelo homem). Em qual assertiva temos uma causa natural e outra antrópica?

- A. Poluição do solo e poluição dos recursos hídricos.
- B. Órbita da Terra e incidência solar.
- C. Aumento do desmatamento e queima de combustíveis fósseis.
- D. Fenômeno El Niño e fenômeno La Niña.
- E. Atividade vulcânica e emissão de gases poluentes na atmosfera.

QUESTAO 2

Quanto à forma de organização do texto, levando-se em conta os argumentos expostos e as informações dadas sobre as mudanças climáticas, pode-se dizer que:

- I. em alguns parágrafos, como forma de argumentação, a autora cita uma causa, seja natural ou antrópica, e suas possíveis consequências;
- II. a autora afirma que, apesar das evidências dos problemas e das causas das mudanças climáticas, não são todos que consideram que o homem seja o culpado;
- III. o consumo exagerado e a produção elevada, segundo a autora, aumentam a exploração dos recursos naturais, não havendo outras consequências;
- IV. as várias consequências citadas pela autora podem ser confirmadas com fatos recentes ocorridos no Brasil.

É correto o que se afirma apenas em

- A. I, II e IV.
- B. I, II e III.
- C. II e IV.
- D. I e IV.
- E. II, III e IV.

QUESTAO 3

Para a exposição de suas considerações sobre o tema mudanças climáticas, a autora utiliza conjunções ou locuções conjuntivas. Quando é usada a locução conjuntiva “ou seja” (segundo e quinto parágrafos), a intenção consiste em:

- I. explicar algo que já foi dito anteriormente ou para dar uma explicação adicional em relação ao assunto em questão;
- II. esclarecer sobre o assunto, já que o leitor não conseguiria entender o argumento, posto que não havia sido citado antes;
- III. demonstrar, no segundo parágrafo, que “padrões climáticos a longo prazo com base nas alternâncias meteorológicas” correspondem a “condições do tempo observadas por um período”;
- IV. demonstrar, no quinto parágrafo, que “questão da segurança alimentar” significa ter “acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e permanente”.

É correto o que se afirma apenas em

- A. I, III e IV.
- B. I, II e IV.
- C. III e IV.
- D. II, III e IV.
- E. I e II.

QUESTAO 4

Analise os períodos a seguir retirados do texto “Mudanças climáticas”.

- I. Em “Mudanças climáticas são as alterações provocadas nos padrões climáticos a longo prazo”, o verbo “**ser**” é classificado sintaticamente como verbo de ligação, com a função de unir o predicativo ao sujeito.
- II. Em “Os impactos das mudanças climáticas são significativos e afetam desde a nossa saúde até a produção de alimentos”, o verbo “**afetar**”, do ponto de vista sintático, é transi-

tivo indireto.

III. Em “Além da poluição atmosférica agravar-se em diversas partes do mundo, ocasionando doenças cardiovasculares e respiratórias, algumas doenças, como dengue e malária, que são transmitidas por mosquitos, poderão espalhar-se por mais lugares do globo”, a expressão “**por mais lugares do globo**”, sintaticamente, é adjunto adverbial de lugar.

IV. Em “As mudanças climáticas geram uma série de consequências ambientais graves, muitas até já podem ser observadas atualmente. Uma das consequências do aumento da temperatura do planeta é o aumento do nível do mar, que ocorre em virtude do degelo das geleiras”, o pronome indefinido “**muitas**” é o sujeito da segunda oração e se refere ao termo “mudanças climáticas”.

É correto o que se afirma apenas em

- A. II e IV.
- B. I, III e IV.
- C. I e III.
- D. II, III e IV.
- E. I e II.

QUESTAO 5

Observe o trecho a seguir.

“As altas temperaturas também poderão causar grandes secas, que afetarão ativamente a agricultura, ocasionando diversos problemas em relação à produção de alimentos.”
Levando-se em consideração o uso de pronomes relativos, é correto afirmar que:

- A. se a oração introduzida pela conjunção “**que**” for retirada do período, ocasionará perda de sentido da oração anterior, posto que é uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- B. temos, no trecho, uma oração subordinada adjetiva explicativa, com a função de dar uma explicação do termo anterior “**grandes secas**”.
- C. poderíamos retirar a vírgula antes do pro-

nome relativo “**que**” sem alterar o sentido e a classificação da oração adjetiva.

D. o uso da oração subordinada explicativa entre vírgulas nos faz pressupor que nem sempre grandes secas poderão afetar ativamente a agricultura.

E. o pronome relativo “**que**” poderia ser substituído pelo pronome relativo “**as quais**” sem prejuízo ao sentido, pois se refere ao termo anterior “altas temperaturas”.

QUESTAO 6

“Estamos diante de um momento crítico, numa época em que a humanidade deve escolher o seu futuro. À medida que o mundo torna-se cada vez mais interdependente e frágil, o futuro enfrenta, ao mesmo tempo, grandes perigos e grandes promessas. Para seguir adiante, devemos reconhecer que, no meio da uma magnífica diversidade de culturas e formas de vida, somos uma família humana e uma comunidade terrestre com um destino comum.”

Disponível em: <https://www.saobernardo.sp.gov.br>. Acesso em: 4 ago. 2023.

O texto acima faz parte de um documento que apresenta princípios éticos para a construção de uma sociedade global sustentável e pacífica no século XXI. Esse documento é

- A. Estatuto da Juventude.
- B. Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- C. Estatuto da Cidade.
- D. Carta da Terra.
- E. Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas.

QUESTAO 7

São vários os tipos e fontes de geração de energia. Entre eles, a energia eólica, produzida a partir

- A. do sol.
- B. da força do vento.
- C. de matéria orgânica não fóssil.

D. de aproveitamento da água dos rios.

E. de fontes não renováveis.

QUESTAO 8

Importante para a economia mundial e para maior inserção das economias em desenvolvimento no cenário internacional, um grupo de países emergentes denominado Brics tem como objetivo a cooperação econômica e o desenvolvimento em conjunto. Os países que compõem o Brics são

A. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

B. Argentina, Brasil, Chile, África do Sul e Peru.

C. Brasil, Uruguai, Índia, Argentina e Rússia.

D. Brasil, Chile, China, Uruguai e Índia.

E. Argentina, África do Sul, Brasil, China e Índia.

QUESTAO 9

De acordo com dados divulgados na última edição do relatório “Refúgio em Números”, apenas em 2022, no Brasil, foram feitas 50.355 solicitações da condição de refugiado, provenientes de 139 países. As principais nacionalidades solicitantes, em 2022, foram venezuelanas (67%), cubanas (10,9%) e angolanas (6,8%).

JUNGER DA SILVA, G. et al. *Refúgios em números 2023*. Brasília: OBMigra, 2023.

Analise as proposições a seguir sobre migrações internacionais.

I. Os padrões de migração contemporânea refletem duas dimensões do regime capitalista: instabilidade e nova estrutura de acumulação flexível.

II. As principais características contemporâneas da migração mediada pelo capital são: descentralizada, temporária, circular, responsiva, de riscos calculados (mas não previsíveis), geradora de conflitos, global e regulada.

III. O contexto global atual tem alterado o caráter da migração internacional, sobretudo, no

que se refere à livre circulação da massa migratória, ao mesmo tempo que reforça a seletividade na sanção de instalação (permanente ou temporária) nos lugares e, na oficialização, há prevenção e restrição de entradas de “grupos indesejados”.

É correto o que se afirma em

A. I e III apenas.

B. III apenas.

C. I e II apenas.

D. II e III apenas.

E. I, II e III.

QUESTAO 10

Instituída originalmente pela Lei nº 1.806/2053, a Amazônia Legal brasileira é um conceito político-administrativo que estabelece o limite de atuação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), órgão federal substituído em 1966 pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A região é constituída por

A. Mato Grosso, Pará, Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Tocantins e Maranhão.

B. Amazonas, Pará, Acre, Roraima, Rondônia, Amapá e Tocantins.

C. Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Venezuela, Suriname e Guiana Francesa.

D. Mato Grosso, Pará, Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Maranhão.

E. Pará, Tocantins, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre e Amazonas.

Conhecimentos Gerais

QUESTAO 11

A prevenção e a repressão de atividades ilícitas no âmbito do sistema financeiro nacional dependem de uma efetiva troca de informações e da integração entre várias instituições. Nesse contexto, o órgão criado no âmbito do Ministério da Fazenda, com a finalidade de disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº 9.613/1998, sem prejuízo da competência de outros órgãos e entidades, é

- A. o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP).
- B. o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF).
- C. o Banco Central do Brasil (BACEN).
- D. o Ministério Público Federal (MPF).
- E. a Polícia Federal (PF).

QUESTAO 12

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por uma estrutura que envolve órgãos normativos, instituições supervisoras, executoras e operadoras. O mercado financeiro, por sua vez, abrange os mercados monetário, de crédito, de capitais e cambial. No mercado de crédito,

- A. são concedidos empréstimos e financiamentos por instituições financeiras.
- B. ocorre a negociação de títulos de renda fixa e de renda variável.
- C. são realizadas operações de compra e venda de moedas estrangeiras.
- D. são negociados diversos papéis emitidos por empresas com vencimentos de curto prazo.
- E. são realizadas operações de Oferta Pública Inicial (IPO) de ações.

QUESTAO 13

Leia a notícia a seguir.

O industrial e atual presidente da Fiesp, Josué Gomes, voltou a criticar o que ele classifica de elevadas taxas de juros nominal e real vigentes no país. A taxa nominal de juro, a Selic, encontra-se em 13,75% ao ano, e a taxa real está rodando em torno de 7%, segundo cálculos de economistas e analistas do mercado financeiro. Josué tem um cálculo que coloca o juro real em 8%.

Disponível em: <https://economia.uol.com.br/>. Acesso em: 24 jul. 2023.

Em relação às taxas de juros, podemos afirmar que

- A. as taxas de juros nominais são aplicadas apenas a empréstimos, enquanto as taxas de juros reais se aplicam a investimentos. Devido a esse fato, as taxas de juros são altas no Brasil.
- B. o presidente da Fiesp, Josué Gomes, critica as taxas de juros no Brasil. Isso ocorre porque as taxas de juros nominais são ajustadas periodicamente, enquanto as taxas de juros reais são fixas.
- C. as críticas apontadas no texto sinalizam que a taxa de juro nominal de 13,75% aa., que não leva em conta o impacto da inflação, e a taxa real em torno de 7% aa., que considera esse fator, são elevadas.
- D. as taxas de juros são elevadas, pois as taxas de juros nominais são determinadas pelos bancos, enquanto as taxas de juros reais representam a taxa oficial, quando se desconta o impacto inflacionário.
- E. as taxas de juros nominais levam em conta o poder de compra da demanda agregada do país, enquanto as taxas de juros reais são financeiras. Dessa forma, a crítica apontada no texto é válida.

QUESTAO 14

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é um conjunto de instituições, normas e regulamentações que têm como objetivo intermediar as transações financeiras e promover a circulação de recursos na economia. Com base nesse conceito, analise as afirmações a seguir.

I. O Banco Central do Brasil (BACEN) é o órgão responsável por regulamentar e supervisionar o SFN, zelando pela estabilidade e pelo bom funcionamento do sistema financeiro no país.

II. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) é uma instituição do SFN, e uma de suas funções é realizar as operações de compra e de venda de títulos públicos federais.

III. As corretoras e as distribuidoras de títulos e valores mobiliários fazem parte do SFN, e uma das instituições que fiscaliza suas operações é o BACEN.

IV. Uma das funções do Banco Central do Brasil é fiscalizar, normatizar e desenvolver o mercado financeiro e de capitais, garantindo a transparência das operações.

V. As instituições financeiras estão entre as instituições do SFN, desempenhando papéis essenciais na intermediação financeira e na oferta de serviços bancários.

É correto o que se afirma em

- A. I, III e V apenas.
- B. II, III e V apenas.
- C. I, II e IV apenas.
- D. I, III, IV e V apenas.
- E. I, II, III, IV e V.

QUESTAO 15

O Banco Central do Brasil (BACEN) é um órgão supervisor do Sistema Financeiro Nacional (SFN), que tem como uma de suas funções a supervisão do sistema financeiro, autorizando e fiscalizando outras instituições financeiras. Segundo a Lei Complementar nº 179, de 24 de

fevereiro de 2021, o BACEN é formado por

A. um comitê executivo liderado pelo Ministro da Economia, responsável por tomar decisões de política monetária, e por oito diretores indicados pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal.

B. um conselho administrativo composto pelo presidente e por oito representantes dos bancos comerciais privados e estatais, indicados pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

C. um presidente e um conselho de diretores regionais nomeados por meio de votação no Congresso Nacional e, posteriormente, aprovados pelo Presidente da República.

D. uma diretoria colegiada composta pelo presidente e por oito diretores indicados pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação de seus nomes pelo Senado Federal.

E. um presidente, oito diretores e um conselho de representantes da indústria e do comércio, que auxiliam na elaboração de políticas monetárias para o país.

QUESTAO 16

Mariana adquiriu um automóvel 0 km em uma concessionária e optou por financiar parte do valor do veículo. Para isso, foi realizado um contrato de financiamento de Crédito Direto ao Consumidor (CDC) com alienação fiduciária, em que o banco X é o credor fiduciário. A partir da situação apresentada, analise as afirmativas a seguir.

I. Nesse caso, o banco X se torna o proprietário do veículo durante o período de financiamento, o que se denomina como garantia pessoal.

II. Mariana se torna proprietária do veículo somente após quitar todas as parcelas do financiamento do contrato com alienação fiduciária.

III. É um tipo de garantia real, por meio da qual o banco tem o direito de reaver o veículo caso Mariana não cumpra com suas obrigações financeiras.

IV. Mariana pode vender o veículo a terceiros a qualquer momento, sem necessidade de realizar a transferência ou a quitação do contrato.

V. A alienação fiduciária é uma forma de garantia pessoal, em que Mariana se compromete a pagar a dívida em parcelas mensais.

É correto o que se afirma em

- A. I e III apenas.
- B. II e III apenas.
- C. I, III e IV apenas.
- D. I, III e V apenas.
- E. I, II, III, IV e V.

QUESTAO 17

Clarice deseja comprar um apartamento e busca opções de financiamento imobiliário. Ela se deparou com duas possibilidades: hipoteca e alienação fiduciária. Considerando a situação hipotética apresentada e as diferenças entre hipoteca e alienação fiduciária, analise as afirmativas a seguir.

I. Se ela optar pela hipoteca, o apartamento é incluído no contrato como garantia ao credor, e, se optar pela alienação fiduciária, o credor é o proprietário do apartamento até a quitação da dívida.

II. Se ela optar pela alienação fiduciária, após a dívida quitada, a propriedade passa a ser de Clarice, mas, se ela não pagar a dívida, pode ser consolidada em favor do credor e o imóvel leilado.

III. Na garantia hipotecária, Clarice não transfere ao credor o bem dado em garantia. Assim, a posse e a propriedade do imóvel permanecem com ela, mas há o risco de perder o imóvel caso não pague a dívida.

IV. Na hipoteca, o credor assume a posse do apartamento durante o período do financiamento, enquanto na alienação fiduciária, o imóvel pertence ao devedor e é somente dado como garantia.

V. A hipoteca é mais utilizada em financiamentos habitacionais, enquanto a alienação fidu-

ciária é mais comum em financiamentos de automóveis e eletrodomésticos. As duas são garantia real.

É correto o que se afirma em

- A. I, III e IV apenas.
- B. I e II apenas.
- C. I, II e III apenas.
- D. I, III e V apenas.
- E. I, II, III, IV e V.

QUESTAO 18

Sr. João é cliente de um banco e deseja solicitar um empréstimo. Ao buscar essa informação, no seu aplicativo do banco, apareceu a mensagem de permissão para adesão ao *open finance*, para compartilhamento de seus dados entre as instituições financeiras escolhidas e com a proposta de melhoria dos serviços oferecidos, inclusive para os empréstimos. Em relação ao sistema financeiro aberto, podemos afirmar que o Sr. João,

A. se aderir ao *open finance*, isentará seu banco atual de qualquer responsabilidade sobre uso e compartilhamento de dados financeiros com outras instituições.

B. se aderir ao *open finance*, comprometerá a segurança de suas informações financeiras, uma vez que o sistema permitirá acesso aberto de seus dados a terceiros.

C. aderindo ao *open finance*, terá acesso somente às informações de seu banco atual, sem a possibilidade de comparar ofertas de empréstimos de outras instituições.

D. ao aderir ao *open finance*, limitará suas opções de empréstimo, pois o compartilhamento de dados financeiros poderá reduzir a competitividade das instituições.

E. ao aderir ao *open finance*, autorizará o compartilhamento seguro de seus dados financeiros com outras instituições, o que possibilitará melhores opções de empréstimos.

QUESTAO 19

Antônio realizou uma transação em uma agência bancária e, pouco tempo depois, sua ex-mulher entrou em contato com ele. Durante a discussão entre os dois, a ex-mulher revelou que uma amiga, que é funcionária do banco, informou sobre essa transação financeira na conta dele.

Após análise da situação apresentada e supondo que o vazamento da informação pela funcionária do banco seja comprovado, podemos afirmar que

A. a violação prevista pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) é do acesso indevido e da divulgação não autorizada de dados pessoais de João por parte da funcionária do banco, por isso ela pode sofrer sanções administrativas, civis e/ou penais.

B. o compartilhamento de informações bancárias entre a funcionária do banco e a ex-mulher de João pode ser legítimo, desde que haja um motivo justo. Nesse caso, não caracteriza violação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e, portanto, não haverá sanções à funcionária.

C. o fato de a funcionária do banco ter divulgado informações confidenciais de João sem o consentimento dele só implicará violação prevista pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) caso tenha ocasionado danos financeiros ou patrimoniais a João.

D. essa ação da funcionária do banco só seria considerada violação prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) se ela tivesse utilizado a informação para fins próprios. Nesse caso, a funcionária não sofrerá sanções administrativas, civis e/ou penais.

E. não houve violação prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), pois caracteriza compartilhamento legítimo de informações bancárias entre a funcionária do banco e a ex-mulher de João, visto que as duas são amigas e não houve má-fé.

QUESTAO 20

As agências de fomento são instituições financeiras que desempenham um papel relevante no desenvolvimento regional, especialmente no apoio a micro, pequenas e médias empresas. De acordo com a Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 2.828, de 30 de março de 2001, as agências de fomento:

I. são instituições financeiras destinadas exclusivamente a atender as demandas do setor público, por isso não é permitido o atendimento a empresas privadas;

II. têm a liberdade de fixar suas próprias taxas de juros e condições de financiamento, sem a necessidade de seguir as diretrizes estabelecidas pelo CMN;

III. são supervisionadas pelo Banco Central do Brasil e devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, nos termos da Lei nº 6.404/1976;

IV. têm como uma de suas principais atribuições o estímulo ao desenvolvimento regional ao financiar capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação.

É correto o que se afirma apenas em

A. I e III.

B. I e II.

C. II e III.

D. III e IV.

E. II e IV.

QUESTAO 21

Eduarda é correntista do banco X e funcionária de uma empresa de médio porte, possui renda mensal de R\$ 5.000,00. Na data de hoje, recebeu um depósito em sua conta no valor de R\$ 100.000,00.

De acordo com a Lei nº 9.613/1998, que trata sobre prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, e as normas do Banco Central do Brasil (BACEN), o banco X:

I. deve comunicar automaticamente o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) sobre o depósito de R\$ 100.000,00;

II. não precisa tomar providência alguma, uma vez que o depósito no valor de R\$ 100.000,00 está nos limites estabelecidos pelo COAF para transações em conta corrente e só foi uma movimentação de depósito;

III. pode, além da comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras, bloquear o valor depositado na conta de Eduarda para esclarecer a origem do depósito, já que ela possui renda mensal que não condiz com o valor do depósito;

IV. deve informar à cliente que, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil, é obrigatório fornecer informações sobre a origem de valores acima de R\$ 50.000,00 e, automaticamente, fazer a Comunicação de Operação em Espécie (COE) à COAF;

V. deve aceitar o depósito na conta da cliente e proceder com as transações na conta dela normalmente, independentemente de fornecer informações sobre a origem do dinheiro, pois a conta é privada, e a cliente tem o direito de não dar essa informação.

É correto o que se afirma em

- A. I, II e III apenas.
- B. I, III e IV apenas.
- C. II, III e IV apenas.
- D. II, III e V apenas.
- E. I, II, III, IV e V.

QUESTAO 22

Maria é casada com João. João possui um amigo, o André, do qual a esposa não gosta. Por esse motivo, ele decidiu ser fiador de um financiamento do André sem comunicar à Maria. Nessa situação hipotética, em conformidade com as normas do Sistema Financeiro Nacional (SFN),

- A. a instituição financeira deve rejeitar a garantia de João como fiador do financiamento de André, uma vez que não pode ser fiador sem o consentimento da esposa.
- B. João pode ser fiador do financiamento de André, independentemente da anuência de

Maria, pois a relação conjugal não interfere na escolha dos fiadores e desde que João possua renda compatível com as parcelas do financiamento.

C. a decisão de escolher João como fiador é do André, assim como a decisão de ser fiador dele é do João, não cabendo interferência dos cônjuges. Mesmo que Maria não concorde com a operação de financiamento, não há o que ser feito se João decidir assinar o contrato.

D. a instituição financeira deve comunicar Maria sobre a decisão de João de ser fiador do financiamento de André, dando ciência para a operação de crédito. Após a comunicação, o contrato pode ser assinado por André e João sem problemas.

E. a instituição financeira deve analisar o regime de casamento entre João e Maria. Caso seja regime de comunhão total de bens, não há impedimento de João assinar contrato como fiador de André, visto que seu patrimônio é de sua total responsabilidade.

QUESTAO 23

As agências de fomento podem oferecer, além de linhas de crédito, orientação técnica, capacitação e assistência na elaboração de projetos. Isso contribui para que os recursos sejam utilizados de maneira eficiente e produtiva, estimulando o desenvolvimento regional. Nesse sentido, conforme a Resolução do BACEN nº 2.828/2001, as agências de fomento:

- I. têm como principal objetivo conceder empréstimos para empresas de grande porte, como forma de fomentar a infraestrutura desses locais;
- II. podem assumir uma proporção significativa da economia local e nacional, e o Banco Central do Brasil pode autorizar que elas se tornem um banco múltiplo;
- III. devem ser constituídas sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, segundo as normativas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM);
- IV. seguem a supervisão e a regulação por parte do Banco Central do Brasil e integram

o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), como órgãos vinculados auxiliares;

V. além de recursos próprios, podem empregar recursos de fundos e programas oficiais, de orçamentos federal, estaduais e municipais, entre outros previstos na Resolução.

É correto o que se afirma apenas em

- A. III e IV.
- B. I e II.
- C. II e III.
- D. IV e V.
- E. II, III e V.

QUESTAO 24

As agências de fomento fazem parte do Sistema Financeiro Nacional (SFN), estão sob a supervisão do Banco Central do Brasil e têm como objeto social financiar capital fixo e de giro associado a projetos na Unidade da Federação onde tenham sede. Quanto à classificação, as agências de fomento, na composição do SFN, são

- A. classificadas como bancos.
- B. corretoras e distribuidoras.
- C. instituições não bancárias.
- D. sociedades de capitalização.
- E. instituições de pagamento.

QUESTAO 25

De acordo com a Lei Estadual nº 1.298/2002, a Agência de Fomento do estado do Tocantins poderá financiar

- A. substituição de fontes onerosas e saneamento financeiro.
- B. empreendimentos localizados em outros estados brasileiros.
- C. aquisição de terrenos no estado do Tocantins.

D. investimento já realizado em reestruturação empresarial.

E. projetos agropecuários e de agroindústrias no Tocantins.

QUESTAO 26

A administração da Agência de Fomento do estado do Tocantins é exercida pelo Conselho de Administração, com função deliberativa colegiada, e pela Diretoria Executiva. O Conselho de Administração é composto por sete membros efetivos e residentes no país. Diante dessas informações, é competência do Conselho de Administração da Agência de Fomento do estado do Tocantins:

- A. deliberar sobre a proposta de orçamento anual da Agência de Fomento.
- B. disseminar as políticas de gestão do risco para toda a instituição.
- C. exercer funções executivas e gerenciais na Agência de Fomento.
- D. aprovar financiamentos para os membros da Diretoria Executiva.
- E. propor valores e faixas salariais dos cargos do Quadro de Pessoal.

QUESTAO 27

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é um órgão normativo do Sistema Financeiro Nacional (SFN) no Brasil. Criado em 1964, o CMN é responsável por formular e executar as políticas monetária, cambial, creditícia e de relações com o exterior. Diante dessas informações, são órgãos subordinados ao CMN:

- A. Ministério da Economia, Banco Central do Brasil (BACEN) e Caixa Econômica Federal.
- B. Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Bolsa de Valores.
- C. Secretaria do Tesouro Nacional, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- D. Ministério da Fazenda, Banco Central do

Brasil (BACEN) e Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS).

E. Banco do Brasil, Ministério do Planejamento e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

QUESTAO 28

Leia a seguinte notícia.

A Controladoria-Geral da União (CGU) multou a Vivo em R\$ 45,747 milhões por conta de distribuição de ingressos para jogos da Copa do Mundo de 2014 para “agentes públicos”. Segundo fato relevante da Telefônica [...], a CGU considerou que tais “ações de marketing e promoção institucional” da empresa realizada na época vão contra os termos do art. 5º, inciso I, da Lei nº 12.846/2013, “em razão de responsabilidade legal objetiva”.

Disponível em: <https://teletime.com.br/16/10/2020/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

Esse texto refere-se à sanção prevista na Lei nº 12.846, de 1 de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Com base nessas informações, o ato lesivo constante na Lei que gerou a multa descrita no texto é

- A. manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.
- B. impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.
- C. prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.
- D. obter vantagem, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública.
- E. criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

QUESTAO 29

O Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) é mais um instrumento utilizado no combate à fraude e à corrupção, instituído por meio da Lei Anticorrupção nº 12.846/2013, regulamentada pelo Decreto nº 11.129/2022. A instauração e o julgamento do Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) são de competência

- A. dividida entre a Controladoria-Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU) para os casos da União.
- B. da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Ministério Público Federal para os casos da União e dos Ministérios Públicos Estaduais (MPEs).
- C. da pessoa jurídica infratora, por meio de seu corpo de advogados, e é conduzido pela autoridade máxima do órgão regulador.
- D. da autoridade máxima da entidade em face da qual foi praticado o ato lesivo ou, em caso de órgão da administração pública federal direta, do respectivo Ministro de Estado.
- E. exclusiva do Ministério Público Federal (MPF) para a União e dos Ministérios Públicos Estaduais (MPEs) para os Estados.

QUESTAO 30

A Lei nº 13.303/2016 dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A sociedade de economia mista, ressalvado o disposto nessa Lei, estará sujeita ao regime previsto na Lei nº 6.404/1976. Diante dessas informações, é uma empresa de economia mista no âmbito da União:

- A. Caixa Econômica Federal (CEF).
- B. Petróleo Brasileiro S.A (Petrobrás).
- C. Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT).
- D. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- E. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Conhecimentos Específicos

QUESTAO 31

Durante o processo de conhecimento, após a citação do réu e sua apresentação de contestação, o autor requereu a produção de provas testemunhais. Contudo, uma das testemunhas arroladas não compareceu à audiência de instrução e julgamento, mesmo após a devida intimação. Nesse cenário, a medida que o juiz deve adotar é

- A. declarar a revelia da testemunha faltosa.
- B. nomear um defensor público para representar a testemunha.
- C. redesignar a audiência para uma nova tentativa de oitiva da testemunha.
- D. ignorar a ausência da testemunha, uma vez que ela não é parte no processo.
- E. considerar a testemunha como confessa, presumindo-se verdadeiros os fatos a seu favor.

QUESTAO 32

Em um processo de execução de título extrajudicial, o devedor foi citado para pagar a dívida no prazo de três dias, sob pena de penhora de bens. O prazo se encerrou sem o pagamento, e o devedor não apresentou qualquer impugnação. O próximo passo do juiz, nesse processo de execução, será

- A. decretar a prescrição da dívida.
- B. expedir mandado de penhora e avaliação.
- C. determinar a realização de nova citação do devedor.
- D. nomear um administrador judicial.
- E. encerrar o processo devido à falta de impugnação.

QUESTAO 33

Em um processo civil, uma das partes apresentou uma petição inicial com diversas falhas e imprecisões, tornando difícil entender as alegações e os pedidos. O juiz, ao receber a petição, notou esses problemas e decidiu não receber a inicial. O termo técnico utilizado para a decisão do juiz de não receber a petição inicial devido a falhas formais é

- A. extinção do processo sem resolução de mérito
- B. julgamento antecipado da lide.
- C. redesignação da audiência de instrução e julgamento.
- D. intimação do autor para emendar a inicial.
- E. distribuição do processo para outro juiz.

QUESTAO 34

No processo de conhecimento, o juiz percebe que as partes não estão dispostas a conciliar. As partes do processo, ao serem questionadas pelo juiz sobre a produção de provas, declaram não ter mais provas e sustentam que todas as provas já foram apresentadas. A medida que o juiz deve adotar nessa situação é

- A. determinar a redesignação da audiência de instrução e julgamento.
- B. determinar a suspensão do processo para aguardar a localização de novas testemunhas.
- C. nomear um defensor público para representar o autor no processo.
- D. designar um perito para realizar uma nova perícia técnica.
- E. promover o julgamento antecipado da lide.

QUESTAO 35

Três primas, Ana, Beatriz e Carol, alugaram um carro juntas. Elas assinaram um contrato de locação com Divino, pactuando um aluguel de R\$ 1.500,00 por mês, por um período de três meses. O aluguel do mês atual está em atraso, e Ana bateu o veículo por imprudência sua. Considerando essa dinâmica obrigacional, vê-se que há duas principais prestações a cargo das locatárias. Nesse caso, a obrigação

A. de restituir assumida é indivisível. Por disposição da lei civil, perde a qualidade de indivisível a obrigação que se resolver em perdas e danos.

B. de pagar assumida é divisível. Por disposição da lei civil, não poderia ser indivisível ainda que tal fosse pactuada como razão determinante do negócio.

C. de pagar é solidária. Por disposição da lei civil, só é permitido ao locador cobrar o valor integral do aluguel vencido de todas as locatárias, conjuntamente.

D. de pagar assumida é solidária por presunção. Por disposição da lei civil, o locador poderá cobrar o valor integral do aluguel vencido de qualquer uma das locatárias.

E. de restituir assumida é indivisível. Por disposição da lei civil, convertendo em perdas e danos, todas as locatárias responderão pelo valor total do prejuízo do locador.

QUESTAO 36

O Código Civil estabelece cláusula geral de responsabilidade civil por ato ilícito culposo por ato próprio, como também prevê hipóteses de responsabilidade por fato de terceiro e pelo fato da coisa. A partir dessa observação, avalie as afirmações a seguir.

I. Os pais respondem pelos prejuízos causados pelos filhos menores, pois a lei civil não admite a responsabilidade pessoal do incapaz.

II. Também são responsáveis pela reparação civil os que gratuitamente participarem nos

produtos do crime, até a concorrente quantia.

III. Os donos de hotéis, independentemente de culpa, são responsáveis civilmente pelos atos ilícitos praticados por seus hóspedes.

IV. O dono ou o detentor do animal ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.

É correto apenas o que se afirma em

A. II e IV.

B. I, II e III.

C. I, III e IV.

D. I, II e IV.

E. II, III e IV.

QUESTAO 37

Rui é proprietário do apartamento 101 do Edifício Coliseu, onde habita com esposa, sogra e três filhos. Por ter perdido o emprego, não conseguiu pagar as contribuições condominiais dos últimos cinco meses. A convenção do condomínio prevê multa e juros para os inadimplentes. A esse respeito, é correto afirmar que

A. Rui e sua família, enquanto persistir o inadimplemento com as contribuições condominiais, poderão ser privados de acessar as áreas comuns do condomínio, como a piscina e o salão de festa.

B. Rui deve responder por juros de mora e multa de até 2% do débito. Enquanto persistir o inadimplemento com as contribuições condominiais, não terá direito a votar nas deliberações da assembleia.

C. Rui e sua família poderão ser privados da utilização do elevador, bem como do acesso à garagem onde os condôminos estacionam seus veículos enquanto persistir o inadimplemento com as contribuições condominiais.

D. caso Rui consiga vender seu apartamento mesmo persistindo o inadimplemento com as contribuições condominiais, o adquirente não terá obrigação de pagá-las ao condomínio, pois se trata de obrigação personalíssima e não obrigação *propter rem*.

E. Rui deve responder pela multa prevista na convenção, em que a deliberação de 2/3 dos condôminos pode ser arbitrada em até o décuplo da contribuição condominial. Mas não pode ser privado do acesso às áreas comuns do condomínio.

QUESTAO 38

No estacionamento de um supermercado, uma senhora idosa aborda um senhor que está guardando as compras no porta-malas do veículo. Ela afirma que está com problema no carro dela, especificamente “que há uma luz acesa no painel e que o veículo não liga”. O senhor rapidamente termina de guardar as compras, fecha o carro e se oferece para auxiliar a senhora idosa. Dirigem-se ambos até o veículo da senhora. Ao entrar, o senhor é surpreendido por dois homens armados que estavam escondidos no banco de trás. Ele então é rendido pelos criminosos que o obrigam a ir até agências bancárias onde possui contas e realizar saques de valores em dinheiro. Após os saques, ele é liberado em uma estrada vicinal da cidade, sem maiores ferimentos.

Considerando exclusivamente o narrado, no ordenamento penal brasileiro, a situação hipotética configura na infração penal tipificada como

- A. extorsão.
- B. roubo
- C. extorsão mediante sequestro.
- D. cárcere privado.
- E. constrangimento ilegal.

QUESTAO 39

A Polícia Civil prendeu, em 3 de abril 2023, um indivíduo de 39 anos, suspeito de aplicar golpes em idosos em Taguatinga e Ponte Alta do Bom Jesus, na região sudeste do Tocantins. Segundo o delegado que conduziu as investigações, o indivíduo abordava os idosos em suas casas, afirmando ser servidor da Previdência Social e que precisava fazer a prova de vida das vítimas. Em seguida, solicitava todos os documentos pessoais, inclusive os cartões e as senhas de recebimentos dos benefícios e auxílios previ-

denciários. De posse dos cartões, o indivíduo se dirigia até as agências bancárias de várias cidades e realizava inúmeras transações, como empréstimos, adiantamentos, saques, transferências, além de utilizar o limite de crédito em uma máquina de cartão licenciada em seu nome. Diante de todos esses elementos, foi apresentada representação policial pela prisão preventiva do investigado, o que possibilitou a prisão do indivíduo.

Disponível em: agenciatocantins.com.br. Acesso em: 7 ago. 2023. (Adaptado)

Os fatos narrados na notícia configuram, em tese, o delito de

- A. roubo.
- B. furto.
- C. estelionato.
- D. fraude em execução.
- E. dano.

QUESTAO 40

Considere a informação a seguir publicada na rede social Twitter, em 20 de maio de 2023

“Agora vejam só essa! Um morador de Miranorte, região central do Tocantins, foi preso nesta sexta, 19, após comprar e receber uma encomenda com R\$ 2 mil em notas falsas. Na delegacia, ele alegou que resolveu adquirir as notas pela internet porque pretendia casar e o salário de R\$ 1,2 mil dá mal para sobreviver.”

Tendo como referência a informação divulgada e o crime de moeda falsa, tipificado no art. 289 do Código Penal, julgue as afirmações.

- I. Embora tenha cometido uma infração penal, o acusado faz jus ao reconhecimento do princípio da insignificância considerando o valor apreendido e, conseqüentemente, a atipicidade da conduta em relação ao crime de moeda falsa, consoante o atual entendimento do STJ.
- II. O acusado de comprar as notas falsas responderá pelo crime de moeda falsa, incorrendo na mesma pena atribuída a um falsificador.
- III. Por ter adquirido as notas de boa-fé, mes-

mo respondendo pelo crime de moeda falsa, o adquirente terá direito à diminuição de pena.

IV. A competência para processar e julgar o crime de moeda falsa é, originalmente, da Justiça Federal.

É correto apenas o que se afirma em

- A. II e III.
- B. II.
- C. II e IV.
- D. I.
- E. II, III e IV.

QUESTÃO 41

Oito pessoas, sendo três servidores públicos que trabalham no Posto de Balança e Fiscalização Rodoviária de Couto Magalhães, a 280 km de Palmas, foram presas nesta quinta-feira (27/04/2023) acusadas de solicitar e receber propina para liberar a passagem de caminhões com carga sem nota fiscal e acima do peso. As investigações começaram em novembro do ano passado após denúncias. Desde então, os investigados são observados. O promotor de justiça que coordenou a operação contou que os fiscais recebiam cerca de R\$ 300 para liberar os veículos irregulares.

Disponível em: g1.globo.com/to. Acesso em: 27 ago. 2023. (Adaptado)

Considerando exclusivamente o narrado, é correto afirmar que os servidores públicos presos na operação cometeram o crime de

- A. corrupção ativa.
- B. corrupção passiva.
- C. concussão.
- D. prevaricação.
- E. peculato.

QUESTÃO 42

Na manhã desta segunda-feira (28/08/2023), por volta das 11 horas, a Polícia Rodoviária

Federal (PRF) prendeu um homem no município de Palmas/TO após ser acionada para verificar uma ocorrência no pátio conveniado. No local, um homem de 25 anos estava tentando retirar um veículo que havia sido removido por atraso no licenciamento, apresentando um Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) com o exercício de 2023. Após consultas, os policiais verificaram que o documento apresentava uma irregularidade e não era verdadeiro.

Disponível em: gov.br/prf, 29/08/2023. Acesso em: 27 ago. 2023. (Adaptado)

Tendo por referência exclusivamente o narrado, há indícios do cometimento de qual crime contra a fé pública?

- A. Falsidade ideológica.
- B. Falsificação de documento particular.
- C. Falsificação de documento público.
- D. Uso de documento falso.
- E. Adulteração de sinal identificador de veículo.

QUESTÃO 43

O Processo Administrativo Fiscal é um procedimento destinado a solucionar disputas entre o Fisco e os contribuintes em assuntos tributários. Assegura o direito de defesa aos contribuintes, permitindo apresentação de recursos e argumentos para impugnar autuações e exigências fiscais. Qual das seguintes espécies de lançamento tributário é passível de recurso administrativo?

- A. Os recursos administrativos contra o lançamento por homologação têm o objetivo de simplificar o pagamento de tributos pelos contribuintes.
- B. No lançamento por declaração, que exige que os contribuintes declarem e paguem seus impostos, é possível apresentar recurso administrativo caso discordem dos valores ou das informações utilizadas no cálculo do tributo.
- C. No lançamento por homologação, é comum a apresentação de recurso administrativo para resolver questões tributárias em favor do Fisco.

D. É possível buscar a anulação do lançamento por declaração por meio do processo administrativo fiscal em relação a todas as autuações fiscais realizadas pelo Fisco.

E. No lançamento de ofício, com o intuito de garantir o direito de defesa e julgamento justo para os contribuintes, é cabível a interposição de recurso administrativo.

QUESTAO 44

O Princípio da Capacidade Contributiva é uma importante base do Direito Tributário. Ele estabelece regras na cobrança de tributos. A ideia central desse princípio é

A. cobrar impostos de acordo com a capacidade financeira de cada contribuinte.

B. priorizar a arrecadação de impostos sobre a renda das empresas.

C. garantir que os contribuintes mais pobres paguem menos impostos.

D. estabelecer uma alíquota fixa para todos os tipos de renda.

E. cobrar impostos de forma igualitária para todos os contribuintes.

QUESTAO 45

O contrato de trabalho, para ter vínculo empregatício, deve ser celebrado entre

A. o tomador de serviço e uma pessoa física, e esta àquele trabalhe de forma contínua e duradoura, de forma subordinada e mediante remuneração.

B. o tomador de serviço e uma pessoa física, e esta àquele trabalhe de forma contínua e duradoura, com personalidade, de forma subordinada e mediante remuneração.

C. duas pessoas, físicas ou jurídicas, no qual ficam estipuladas as relações da prestação de serviço de forma subordinada.

D. duas pessoas, físicas ou jurídicas, no qual ficam estipuladas as relações da prestação de serviço de forma subordinada, mediante

remuneração.

E. duas pessoas, físicas ou jurídicas, no qual ficam estipuladas as relações da prestação de serviço de forma subordinada, mediante remuneração e com personalidade.

QUESTAO 46

O contrato de trabalho de experiência, que é uma modalidade de contrato por prazo determinado, para ser considerado válido,

A. seu prazo de vigência será sempre de 60 ou 90 dias, o que será decidido em comum acordo entre as partes celebrantes, não sendo possível a sua prorrogação.

B. não pode ser celebrado com prazo superior a 90 dias, e não é passível a sua prorrogação, em hipótese alguma.

C. não pode ser celebrado com prazo superior a 90 dias, sendo possível prorrogá-lo apenas uma única vez, desde que não ultrapasse o prazo de 90 dias.

D. seu prazo de vigência será sempre, de 60 ou 90 dias, o que será decidido em comum acordo entre as partes celebrantes, podendo ser prorrogado apenas uma única vez, desde que não ultrapasse a 90 dias.

E. seu prazo de vigência pode ser no máximo de 90 dias, e é possível a sua prorrogação em até duas vezes, desde que não ultrapasse a 90 dias.

QUESTAO 47

O FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) é direito assegurado aos empregados urbanos e rurais, cujos valores são depositados pelo empregador em conta vinculada de titularidade do empregado, junto à Caixa Econômica Federal. A movimentação e o saque desses valores, por parte de seu titular, serão possíveis, entre outras possibilidades previstas em lei,

A. sempre que houver rescisão do contrato de trabalho.

B. quando ocorrer o término de contrato de trabalho por prazo determinado.

C. somente quando o empregado for demitido ou quando se aposentar.

D. somente quando o empregado for demitido, ou quando se aposentar, ou ele ou seus familiares contraírem doença grave, prevista em lei.

E. somente quando o empregado for demitido, ou quando se aposentar, ou ele ou seus familiares contraírem doença grave prevista em lei, ou para amortizar dívida ou pagamento de parte de dívida de aquisição de imóvel residencial.

QUESTAO 48

O direito de férias é assegurado pela Constituição Federativa do Brasil a todos os trabalhadores urbanos e rurais. Quanto a esse direito trabalhista, para o adimplemento da obrigação do pagamento das férias, por parte do empregador, a base de cálculo será a média aritmética

A. da remuneração obtida pelo empregado no período aquisitivo e deve ser efetuado até dois dias antes do início de gozo do direito.

B. do salário obtido pelo empregado no período aquisitivo e deve ser efetuado até dois dias antes do início de gozo do direito.

C. da remuneração obtida pelo empregado no período aquisitivo e deve ser efetuado até cinco dias antes do início de gozo do direito.

D. do salário obtido pelo empregado no período aquisitivo e deve ser efetuado até cinco dias antes do início de gozo do direito.

E. do salário obtido pelo empregado no período aquisitivo e deve ser efetuado até sete dias antes do início de gozo do direito.

QUESTAO 49

A remuneração é direito do empregado garantido pela Constituição da República Federativa do Brasil e tem natureza alimentar. Pode-se dizer que a remuneração é soma

A. dos valores que o empregado recebe do empregador como contraprestação pelo serviço desempenhado e mais a eventual quantia que o empregado recebe para desempenhar suas funções.

B. de todos os valores que o empregado recebe pelo trabalho que desempenha, ainda que pagos por pessoa que não seja o empregador, como, por exemplo, gorjetas e mais os valores pagos pelo empregador a título de contribuições parafiscais.

C. dos valores que o empregado recebe do empregador como contraprestação pelo serviço desempenhado.

D. de todos os valores que o empregado recebe pelo trabalho que desempenha, ainda que pagos por pessoa que não seja o empregador, como, por exemplo, gorjetas.

E. dos valores que o empregado recebe do empregador como contraprestação pelo serviço desempenhado e mais os valores pagos pelo empregador a título de contribuições parafiscais.

QUESTAO 50

Os direitos reais são classificados em: direito real na própria coisa, em que se insere a propriedade; direitos reais na coisa alheia, em que se inserem entre outros, a superfície, a servidão, o usufruto; e direitos reais de garantia, em que se inserem o penhor, a hipoteca e a anticrese. A respeito dos direitos reais, é correto afirmar que

A. a propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes em altura e profundidade úteis ao seu exercício, não podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas por terceiros a uma altura ou profundidade tais que não tenha ele interesse legítimo em impedi-las.

B. a servidão se aplica ao dono do prédio que não tiver acesso à via pública, tendo direito, mediante pagamento de indenização cabal, de constranger o vizinho a lhe dar passagem cujo rumo será judicialmente fixado, se necessário.

C. o usufruto é o direito de usar e fruir, podendo recair sobre em um ou mais bens, móveis ou imóveis, em um patrimônio inteiro, ou parte deste, abrangendo-lhe frutos e utilidades. Não extingue o usufruto com a morte o usufrutuário.

D. o bem dado em garantia, nas dívidas garantidas por penhor, anticrese ou hipoteca, fica sujeito, por vínculo real, ao cumprimento da obrigação. Os bens que não se podem alienar poderão ser dados em penhor, anticrese ou hipoteca.

E. podem ser objeto de hipoteca os bens imóveis, as estradas de ferro, o direito especial para fins de moradia, o direito real de uso, a propriedade fiduciária. Não podem ser objetos de hipoteca navios e aeronaves, pois são bens móveis.